

A cidade define-se, por princípio, como alteridade, como diferença. É a obra humana por excelência que se destaca da natureza, que dela se isola. A suposição da defesa é inerente à própria ideia do urbano. A ritualização do nascimento da cidade implica antes de tudo marcar o recinto da sua defesa simbólica, a que se deve seguir a construção efectiva dos seus muros. Na Idade Média, a própria definição da cidade exige a muralha. Mas é na modernidade que a especulação sobre a defesa das cidades atinge o seu ápice. A defesa é teorizada nos tratados e testada nas fortificações. Ao longo da Idade Moderna a guerra vai-se convertendo num exercício de defesa extrema, de resistência aos cercos. Até chegar o momento da absoluta inoperância das cercas de qualquer espécie. A cidade contemporânea afirma-se literalmente *fuori mura*. Contudo, a urbanidade cosmopolita, supostamente aberta, é também em potência fechada.

Este número da *Revista de História da Arte* tem por tema a *Cidade (in)defesa*. Queríamos, com esta fórmula condensada, chamar deliberadamente a atenção para a ambiguidade, desde sempre presente no urbano, entre o genuíno desejo de defesa e a impossibilidade de a alcançar plenamente. Neste sentido, convocámos os autores deste número 13 a pensar a cidade sempre *en garde*.

A maioria dos artigos analisa quer a complementaridade intrínseca, quer a tensão latente, que existe entre a cidade (e o território) e a sua fortificação, em especial durante a Idade Moderna. O artigo de Carlo Nicotra coloca-nos no começo deste processo. Apresenta-nos a instabilidade das fronteiras da república veneziana no século XV diante da ameaça turca que é, neste contexto, literalmente interiorizada,

nas campinas da região friulana e balcânica. O inimigo essencial, que define a Europa da primeira modernidade, põe em evidência a debilidade dos núcleos urbanos da região, obrigando a população a fugir para o campo e deitar mão a formas arcaicas de defesa de raiz alti-medieval. A disseminação pelo território como defesa primária nega a própria concentração do urbano, que se expõe no auge da sua fragilidade. No final do século XV e início do XVI, faz-se então Gradisca, a cidade nova “anti-turca”, que surge aqui como a pedra de toque, como ensaio e antecedente da própria Palmanova, o ícone da cidade fortificada, que se construirá no final do século XVI no Vêneto.

Mas, mesmo com o envolvimento de Leonardo da Vinci, Gradisca não alcançou os resultados esperados e caiu, sintomaticamente, já não na mão dos turcos, mas dos Habsburgos. O que repõe a questão da instabilidade de todas as fronteiras na Península Itálica durante os séculos XVI e XVII, a que o artigo de Maria Teresa Pepe alude, abordando Arezzo, enquanto “fronteira” de Florença e da sua ambição em dominar toda a Toscana.

Pepe dá-nos a ver Arezzo como palco de conflitos e ajustamentos entre os diversos intervenientes da sua transformação. Anuncia a convergência para o binómio príncipe e arquitecto que caracteriza a Idade Moderna, chamando contudo a atenção para os muitos vínculos que se estabelecem com as práticas anteriores. Apresenta o ambiente de discussão e a noção de *edilizia publica*, que move quer as magistraturas locais e o patriciado, quer a administração florentina. Aponta sobretudo o papel do engenheiro-arquitecto que se destaca pela sua perícia técnica, mas também pela participação no ambiente de mudanças socioculturais, tornando-se o interlocutor privilegiado do príncipe. Destaca, entre outros, os Sangallo, nomes famosos e com ligações a Roma, que “disegnando e misurando tanto” empreendem uma verdadeira *renovatio urbis*. A fortificação sintetiza a *forma urbis*, tornando-a visível, apreensível. A imagem da cidade funde-se com a da sua fortificação e a cidade fortificada emerge como forma simbólica do novo tempo.

Forma esta que do outro lado do mundo é quase concomitantemente posta à prova. Da Península Itálica, passa-se para o ambiente literalmente experimental das fortificações portuguesas do Índico. Ana Lopes e Jorge Correia apresentam o caso de Mascate, no Golfo Pérsico. Ali, como em outros possíveis exemplos contemporâneos no contexto da expansão, o que estava sobretudo em causa, e era o principal objecto a defender, era menos a cidade e mais a estrutura portuária. Ou melhor, o que se defendia era não tanto a cidade, mas as cidades integradas numa rede mais vasta que as abrangia. Esta percepção alargada, que envolve o urbano e ao mesmo tempo transcende sua escala, impôs uma leitura afinada das condições paisagísticas que são integradas nos projectos de fortificação, como se evidencia nos exemplos de Mascate. Implicando também uma maior diversidade de resoluções formais adaptadas à artilharia moderna.

Aspecto que pode ser também observável no caso de Goa, estudado no artigo de Nuno Lopes e Vítor Rodrigues. Aqui se trata, sem dúvida, de fortificação do território, que não defende apenas a cidade em si, mas claramente a sua área de

inserção, de complexa geografia física. Com efeito, é esta fortificação progressiva, estabelecida concêntrica e hierarquicamente a partir da cidade, que vai construir o próprio território de Goa, associado ao sentido de capitalidade do Estado da Índia. Os procedimentos utilizados transcendem também os modelos europeus da cidade-fortificação, abrindo-se a influências mais vastas, e eventualmente mais arcaicas. São estruturas fortificadas muito diferentes entre si, na sua maioria pouco devidoras da tratadística europeia, que continuamente (re)desenham limites, convergentes com as próprias conjunturas político-militares, atingindo o carácter de “sistema defensivo”, com características únicas no contexto das ocupações portuguesas na Ásia. Estruturas estas para as quais se atenta na sua fragilidade, propondo a sua defesa pelo conhecimento.

Chamando igualmente a atenção para a importância do (re)conhecimento das estruturas materiais de defesa, Rebeca Blanco-Rotea utiliza um método de análise próprio da arqueologia da paisagem, sugerindo a aplicação de alguns dos seus modelos teóricos ou ferramentas de análise à compreensão da paisagem urbana fortificada, seus subsistemas e unidades territoriais. Regressando ao ambiente europeu no século XVII, à fronteira galaico-portuguesa, examina paisagens complexas de uma fronteira onde a rede urbana medieval foi determinante e condicionadora das opções tomadas na Guerra da Restauração. O resultado é a percepção de um desenho que ultrapassa o limite urbano e que envolve a paisagem como um todo, implicando a identificação da fronteira materializada e construída fisicamente, da qual faziam parte estruturas fortificadas menos visíveis, mas que ainda persistem como que fossilizadas no território.

O artigo de Daria Shemelina estuda outras linhas defensivas, pensadas cerca de cem anos depois, na segunda metade do século XVIII, para as fronteiras da Sibéria Oriental, nos confins da Grande Rússia com os senhores feudais da Mongólia e da Manchúria. Aqui não se trata da materialização da fronteira, mas da sua literal idealização. Um importante general em São Petersburgo escreve instruções destinadas aos engenheiros para criar linhas de defesa prevendo a construção de fortalezas, que reflectem uma forte influência da tratadística francesa e germânica. Nas instruções, que se fazem acompanhar por desenhos, o general tenta prever todas as hipóteses possíveis para as mais diversas situações geográficas, num exercício que, apesar de evocar o pragmatismo e a flexibilidade, revela sobretudo a tentativa utópica de controlar uma realidade desconhecida e muito remota.

O artigo de Juan Miguel Muñoz Corbalán evidencia o mesmo sentido de extrapolação da ideia da defesa contida na fortificação para uma manipulação da imagem, tanto das cidades, como das fortificações e de outras representações de posse do território, que são veiculadas sobretudo por alguma cartografia que se deixa contaminar pela deriva irrealista ou pela deliberada fantasia. Com efeito, a versatilidade da imagem cartográfica sempre a colocou entre o apelo visual directo da verosimilhança, herdado da perspectiva e a codificação progressiva da representação de base geométrica, vinculada a uma cultura matemática e a uma ideia de eficácia e rigor. A exploração deste potencial da própria imagem cartográfica e dos efeitos

de desenho inserem-se no quadro da cultura barroca. Mas a ênfase, por um lado, e o esvaziamento, por outro (a par da sucessiva ineficácia dos próprios sistemas fortificados) conduzem à dissolução do ícone urbano fortificado, que se lê ou como vazio coroado, ou como inútil coroa.

O caso de Corfu, abordado no artigo de Guido Zucconi é neste aspecto, exemplar. A ilha jônica fortificada à moderna pelos melhores especialistas da Sereníssima, ainda por causa dos otomanos, é transformada no século XIX em efêmera capital do protectorado britânico. Oscilando entre o estatuto militar ainda patente na evocação oficial e a manifesta vivência e imaginário civil da capital, a cidade assiste à progressiva reconversão de seus espaços e edifícios, cujo epítome é a transformação do vazio militar da *spianata* que se converte na *esplanade* do lazer civil e centro da representação urbana. O processo completa-se, já no momento de passagem à Grécia, com a demolição das defesas externas remanescentes. No momento em que desaparece a representação da defesa, a cidade dispensa os seus muros visíveis abrindo-se primeiro à expansão urbana e depois, já no século XX, ao turismo.

Em Nice, como aponta o artigo de Sergio Pace, o turista substituiu o soldado ainda mais cedo. Embora o termo não seja totalmente apropriado para os *hivernants* da primeira década do século XIX, são eles, ou antes é o seu olhar e a sua vivência, que fazem desaparecer o antigo porto fortificado do ducado de Sabóia e do reino da Sardenha, transmudando-o no centro da Riviera Francesa. A cidade transforma-se efectivamente no passeio dos ingleses. Convertem-se as fortificações da frente marítima em *promenades* e o castelo em cascatas e jardins, que servem para ver o mar e para ouvir a “artilharia das ondas”. Nice é o *belvedere* panorâmico que permite desfrutar da espectacular vista do Mediterrâneo. A cidade é uma espécie de extra na singular paisagem, onde é preciso cuidar do conforto e da segurança dos visitantes.

A metamorfose do porto fortificado que se transforma em paraíso de férias, esvaziando de certo modo o conteúdo urbano da vivência quotidiana que se dissolve numa fantasia lúdica, é uma imagem expressiva que conduz ao questionamento sobre os processos de mutação da cidade na contemporaneidade. Questionamento este que pedimos a Leonardo Lippolis para partilhar connosco, na acutilante entrevista que abre este número, que queremos desde logo agradecer.

Tal como agradecemos a todos os autores que colaboraram neste número com os seus artigos, para o *Dossier* e para a *Varia* (que traz um artigo de Hélia Silva, Rita Mégre e Tiago Lourenço sobre Lisboa e outro de Filipe de Salis Amaral sobre o Porto) e para as *Recensões* (Miguel Monteiro de Barros, Daniela Nunes Pereira e Nuno Senos). E igualmente agradecemos a todos os revisores, responsáveis pela arbitragem científica dos artigos. A todos se deve esta revista. Muito obrigada.

Margarida Tavares da Conceição
Renata Araujo

Editorial

The city is, by definition, alterity, difference. It is the human accomplishment par excellence, standing out from nature, isolating itself from it. The presumption of defence is inherent to the very idea of the urban. The rite of the city's birth implies first tracing its symbolic defence precincts, followed by the effective building of its walls. In the Middle Ages, the very definition of a city required a wall. But it was in the early modern period that speculation about the city's defences reached its zenith. Defences were theorised in treatises and tested in fortifications. Throughout the early modern period, war became an exercise in extreme defence, in siege resistance, until the time came for the absolute inoperability of any kind of city walls. The contemporary city stands literally *fuori mura*. Yet cosmopolitan urbanity, supposedly open, is also potentially closed.

This issue of the *Revista de História da Arte* has as its theme the *Defence(less) city*. With this condensed formula, we wanted to deliberately draw attention to the ambiguity, always present in the urban, between the genuine desire for defence and the impossibility of fully achieving it. With this in mind, we called upon the authors of issue number 13 to think about the city *en garde*.

Most of the articles examine both the intrinsic complementarity and the latent tension between the city (and the territory) and its fortification, especially during the early modern period. The article by Carlo Nicotra places us at the beginning

of this process. It presents the instability of the borders of the Venetian republic in the fifteenth century, facing the Turkish threat. In this context, defence was literally internalised in the meadows of the Friulian and Balkan regions. The essential enemy, which defined the Europe of the early modern period, laid bare the weakness of urban settlements in the region, forcing the population to flee to the countryside and to resort to archaic forms of defence with early medieval roots. This phenomenon of spreading through the territory as a primary form of defence denied the very concentration of the urban, which was exposed at the height of its fragility. At the end of the fifteenth and beginning of the sixteenth centuries, Gradisca, the new 'anti-Turkish' city, emerged as a touchstone, an essay and antecedent of Palmanova itself, the icon of the fortified city, built by the end of the sixteenth century in the Veneto.

Nonetheless, even with the involvement of Leonardo da Vinci, Gradisca did not achieve the expected results and fell, no longer in the hands of the Turks, but of the Habsburgs. This again revealed the instability of all frontiers in the Italian Peninsula during the sixteenth and seventeenth centuries, to which the article by Maria Teresa Pepe alludes, addressing Arezzo as the 'frontier' of Florence and calling attention to its ambition to dominate Tuscany.

Pepe shows Arezzo to have been the scene of conflicts and adjustments between the various actors/stakeholders in its transformation. The convergence with the prince-and-architect binomial model defined in the early modern age is set forth, while also drawing attention to the many bonds established with previous practices. The atmosphere of discussion and the notion of *edilizia pubblica*, which informed both the local magistrate, the patriciate and the Florentine administration, are presented. In particular, Pepe highlights the role of the engineer-architect, notable for both his technical expertise and his participation in socio-cultural change, becoming the privileged interlocutor of the prince. Among others, she points out the Sangallo, famous names with connections to Rome, who, '*disegnando e misurando tanto*', undertook a real *renovatio urbis*. The fortification synthesised the *forma urbis*, making it visible, apprehensible. The image of the city merged with its fortification, and the fortified city arose as a symbolic shape of the new time.

Almost at the same time, this urban shape was being put to the test on the other side of the world. From the Italian Peninsula, one goes to the literally experimental setting of the Portuguese fortifications in the Indian Ocean. Ana Lopes and Jorge Correia present the case of Muscat in the Persian Gulf. As in other contemporary examples in the same context, the main object for defence was less the city than the harbour structure. In other words, what was being defended was not so much the city, but the wider network of cities that encompassed it. This broader perception, which involves the urban yet also transcends its scale, imposed a finely tuned reading of the landscape conditions integrated into the fortification projects. It

also implied a greater diversity of formal solutions adapted to modern artillery, as evidenced by the Muscat examples.

This feature can also be observed in the case of Goa, studied in the article by Nuno Lopes and Vítor Rodrigues. Here the fortification was undoubtedly territorial, defending not only the city itself, but also its area of insertion, with complex physical geography. In fact, it was this progressive fortification, established concentrically and hierarchically from the city, that would structure the territory of Goa, which was associated with the status and meaning of capital of the State of India. The procedures used also transcended the European models of the city-fortress, opening up to influences from further afield. This meant fortified structures that were very different from each other, most of them a far cry from the dictates of European treatises, instead continuously (re)designing limits according to political and military expediency, and thus evolving into a 'defensive system' that boasted unique characteristics within Portuguese positions in Asia. The article shows the current fragility of these structures, revealing the nature of their defence through accurate knowledge.

The relevance of material structures surveying is also stressed by Rebeca Blanco-Rotea, who concentrates on a method of analysis peculiar to landscape archaeology and suggests the application of some of its theoretical models and analysis tools to the understanding of the fortified urban landscape, its subsystems and territorial units. Looking at seventeenth century Europe, and the Galicia-Portugal border in particular, she examines complex landscapes where the medieval urban network was the determining factor, informing the options taken during the Restoration War. The result is the perception of a design that goes beyond the urban boundary and involves the landscape as a whole, implying the identification of the material or physical border, which included less visible fortified structures that still persist, as though fossilised in the territory.

Daria Shemelina's article studies defensive lines about a hundred years later, in the second half of the eighteenth century, on the borders of eastern Siberia and the limits of Greater Russia with those of the feudal lords of Mongolia and Manchuria. Here it is not a question of the materialisation of the frontier, but of its literal idealisation. An important general in St. Petersburg instructed engineers to create defensive lines, envisaging the construction of fortresses, which reflect the strong influence of French and German treatises. In the detailed instructions following the drawings, the general tried to foresee all possible hypotheses for the most diverse geographical situations, in an exercise which, despite evoking pragmatism and flexibility, ultimately reveals a utopian attempt to control a reality unknown and remote.

The article by Juan Miguel Muñoz Corbalán also extrapolates from the idea of defence contained in fortification in order to manipulate an image of cities, fortifications and other representations of territorial possession, which are transmitted

mainly by maps contaminated by unrealistic drift or deliberate fantasy. In fact, the versatility of the cartographic image has always placed it somewhere between the direct visual appeal of verisimilitude, inherited from the perspective and progressive coding of geometric representation, linked to a mathematical culture, and an idea of efficiency and accuracy. Exploring the potential of the cartographic image itself and pinpointing its effects reveals part of the Baroque cultural framework. However, emphasis, on the one hand, and deflation, on the other (along with the growing ineffectiveness of the fortified systems), lead to the dissolution of the fortified urban icon, which is read as a ringed emptiness or as a useless ring.

The case of Corfu, addressed in the article by Guido Zucconi, can serve as an example in this respect. The Ionian island, having been fortified by the finest specialists of the *Serenissima*, again because of the Ottomans, was transformed in the nineteenth century into the ephemeral capital of the British protectorate. Balanced between the military status still evident in the official evocation, civilian experience and imagery of the capital, the city witnesses the progressive reconversion of its spaces and buildings, whose epitome is the transformation of the military emptiness of the *spianata* to become the *esplanade* of the civil leisure and centre of urban representation. Following the island's integration into Greece, the process was completed by the demolition of the remaining external defences. At the moment that the representation of the defence disappeared, the city dispensed with its visible walls, opening first to the urban expansion and then, in the twentieth century, to tourism.

In Nice, as Sergio Pace's article points out, the tourist replaced the soldier even earlier. Although the word is not entirely appropriate for the *hivernants* of the first decade of the nineteenth century, they (or rather their look and their experience) made the old fortified harbour of the Duchy of Savoy and the Kingdom of Sardinia recede into the background, with the area becoming the centre of the French Riviera. The city was effectively transformed into an English promenade. The fortifications of the seafront were converted into walkways, and the castle into waterfalls and gardens, allowing visitors to gaze down on the sea and hear the 'artillery of the waves'. Nice became a panoramic *belvedere* for enjoying the spectacular view over the Mediterranean. The city is a kind of extra in the singular landscape, given over to ensuring the visitor's comfort and security.

The metamorphosis of the fortified harbour that turns into a vacation paradise, somehow draining out the urban content of daily life, here dissolved into a playful fantasy, is an expressive image that leads to an examination of the way in which the contemporary city mutates. We asked Leonardo Lippolis to share his questioning with us through the keen interview that opens this issue, for which we are truly grateful.

Indeed, we would like to thank all of the authors who contributed articles to this issue, for the *Dossier* and for *Varia* (which includes an article by Hélia Silva, Rita

Mégre and Tiago Lourenço about Lisbon and another by Filipe de Salis Amaral about Oporto), and for the book reviews (Miguel Monteiro de Barros, Daniela Nunes Pereira and Nuno Senos). We are also indebted to all of the referees responsible for the scientific peer review of the articles. This journal was only made possible through their work. Thank you.

Margarida Tavares da Conceição
Renata Araujo